

PROGRAMA DA UNIDADE POPULAR PARA A PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro: vítima das injustiças do sistema capitalista

Estamos numa sociedade profundamente dividida em classes sociais. De um lado, as classes ricas, proprietárias, donas das terras, dos bancos, das grandes empresas, comércios, usinas, mineração e do agronegócio com seus imensos privilégios; do outro, a imensa maioria da população, a classe trabalhadora e os povos, que somam o conjunto dos explorados e oprimidos.

Esta forma de organização da sociedade, chamada capitalismo, além de gerar desigualdades extremas, crises econômicas como a que vivemos hoje no mundo, gera também o aumento da pobreza, da miséria, as mudanças climáticas catastróficas, ditaduras fascistas e guerras internacionais.

Em momentos como este, fica claro que "socialismo ou barbárie" segue sendo uma palavra de ordem atual, pois a luta de classes se acirra ferozmente. Enquanto as hordas fascistas defendem abertamente as ditaduras, as torturas, as chacinas contra o povo pobre e a exploração das nações e dos trabalhadores, se desenvolve, no lado oposto, a força e a organização da classe trabalhadora expressa no volume cada vez maior de greves em diversos países.

Em 2024, teremos mais uma eleição para a prefeitura do Rio de Janeiro. Na cidade em que 2 milhões de pessoas passam por algum tipo de insegurança alimentar (Mapa da Fome da Cidade do Rio de Janeiro), mesmo com o maior salário médio do estado e o 25º do país. Ou seja, uma minoria se apropria da maior parte da riqueza produzida pelo povo do Rio.

Nosso povo também passa por outras injustiças impostas por esta sociedade capitalista.

Na educação, 120 mil cariocas não sabem ler ou escrever (IBGE, 2022), 13 mil crianças estão na fila da creche, segundo a própria Prefeitura e profissionais da educação vivem com salários sem valorização.

Na saúde não é diferente. Fruto da propaganda de fascistas como Bolsonaro, a cobertura vacinal para várias doenças entre crianças de até 2 anos diminuiu drasticamente. Chama a atenção o caso da vacina da poliomielite, que neste ano só chegou a 74% das nossas crianças.

Na área de habitação, o aumento dos aluguéis continua a todo vapor. Os aluguéis aumentaram 10% nos últimos 12 meses, segundo o índice de Variação dos Aluguéis (IVAR-FGV de junho). Além disso, nosso povo vive a falta crônica de moradia. Segundo a Fundação João Pinheiro, a Região Metropolitana do Rio tem um déficit de 409 mil moradias, grande parte desta demanda está na capital, onde mais de 2 milhões de pessoas moram em favelas e sofrem com falta de transporte, saneamento e acesso a vários serviços públicos.

Outro grande crime cometido todos os dias contra o nosso povo são as hediondas operações policiais violentas. Todos os dias acordamos com troca de tiros à nossa porta, nossas crianças não podem ir a escola e os que precisam de atendimento médico não conseguem chegar nas clínicas da família. Só nos primeiros seis meses de 2023, mais de 160 mil alunos da rede municipal ficaram sem aula por conta de operações das polícias. (Voz das Comunidades)

Enquanto isso, mesmo após 50 anos de operações diárias nas favelas, o tráfico cresceu e as milícias controlam grande parte da cidade. No fim só lucram com essa guerra as indústrias de armas, de drogas e os políticos e policiais corruptos.

A violência e a discriminação contra as mulheres

O Estado do RJ apresenta um dos maiores índices de violência de gênero do país. Com um aumento de 95% dos casos de violência contra a mulher no estado de 2020 para 2023 (Anuário Brasileiro da Segurança Pública). Na capital do estado, os números são alarmantes: Apenas em 2022, foram 39 feminicídios na cidade, tendo sido 14 na zona oeste, e 60% dos crimes foram cometidos por parceiros da vítima.

A cada hora uma mulher sofre algum tipo de violência e 3 mulheres são estupradas por dia na capital do Rio, sendo 60% das vítimas menores de 14 anos e 86% dos crimes praticados dentro de casa. Apesar da situação alarmante, há apenas 3 DEAMs na cidade e os equipamentos de combate e enfrentamento à violência de gênero se mostram insuficientes diante da demanda. (dados da Prefeitura do Rio)

No mundo do trabalho, a cidade do Rio de Janeiro também não garante igualdade na geração de emprego e renda. Além de receberem em média 22% a menos de salário, as mulheres cariocas são a maioria das desempregadas na cidade, e dedicam em média 19,5 horas por semana para a realização dos afazeres domésticos, ao passo que os homens dedicam 11 horas.

A falta de creche para as crianças agrava a situação. Segundo a própria Prefeitura, em 2024 foram 13.000 crianças sem vaga, o que dificulta o acesso à educação e trabalho para mulheres mães. Nesse sentido, mulheres negras, mães solo e com

baixa escolaridade são as mais atingidas pela fome e insegurança alimentar, que afetam um terço da população carioca (Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar). A política pública de combate à fome é muito abaixo do necessário. Existem apenas 3 restaurantes populares na cidade, que não funcionam no final de semana.

Crise climática trará novas injustiças

Todo esse cenário representa uma pequena parte dos problemas consequentes da exploração capitalista que nosso povo vive. Esta situação ainda pode piorar muito se não aplicarmos um programa socialista no Rio de Janeiro e em todo país. Isto porque o avanço da crise climática capitalista pode levar a uma drástica piora das condições de vida do nosso povo.

Segundo um estudo da plataforma Human Climate Horizons, ligada à ONU, a cidade do Rio de Janeiro pode perder até 5% de seu território para o mar até 2050. Bairros inteiros da Zona Sul, Centro e da Zona Norte estão em risco. Esta situação se estende a todas as cidades da área da Baía de Guanabara.

Enquanto isso, os últimos governos agem como se nada estivesse acontecendo. A preservação da natureza, em especial dos manguezais, que são barreiras naturais à inundações, é praticamente inexistente. Se nada for feito, junto a todas as nossas mazelas poderemos adicionar a existência de centenas de milhares de refugiados climáticos.

O desastre no Rio Grande do Sul provou até onde a negligência dos governos de direita e dos grandes bilionários pode levar: milhares de desabrigados, cidades inteiras destruídas, famílias despedaçadas.

Para impedir que isso se repita no Rio de Janeiro precisamos de um novo tipo de governo, onde o povo esteja no poder de verdade. Precisamos urgentemente aplicar um programa socialista na cidade do Rio de Janeiro para que possamos evitar os desastres da crise climática capitalista e acabar com as injustiças que nosso povo sofre.

É por tudo isso que apresentamos o conjunto a seguir de propostas.

Economia, trabalho e emprego

1. Frentes emergenciais de trabalho. Obras de infraestrutura, sobretudo nas periferias, de saneamento, calçamento de ruas, construção de postos de saúde, escolas, espaços de lazer e esporte, praças, etc., devem ser realizadas majoritariamente sem as grandes empreiteiras, com ampla mobilização de técnicos das universidades e do povo trabalhador. Estes projetos serão baseados em mutirões remunerados (via CLT) e trabalho comunitário, envolvendo as pessoas do próprio bairro ou região para

- resolver os problemas estruturais locais, diferenciando-se profundamente do trabalho precarizado e sem direitos.
- Abertura de concurso público para todas as áreas com déficit de servidores. Além de reduzir o desemprego, melhorar a qualidade dos empregos e do salário, conseguiremos resolver outros problemas graves da atenção ao povo pelos serviços públicos.
- 3. Reajuste e aumento dos salários de todos os servidores públicos. A ideia é recompor todas as perdas salariais dos últimos anos e garantir um melhor atendimento à população.
- Revisão da política de isenções fiscais às grandes empresas e auditoria dos grandes devedores de impostos para que estes quitem integralmente suas obrigações;
- 5. Defender no plano nacional a Petrobras e Eletrobras 100% Estatal e a retomada do setor da construção naval no Rio de Janeiro. As duas empresas estão sediadas na nossa cidade e é papel da Prefeitura pressionar para que elas estejam na mão do Estado para que possamos cobrar o retorno à população do Rio.
- 6. Apoio à economia popular e aos pequenos comerciantes, especialmente nas comunidades e bairros pobres, com crédito popular fornecido por um banco estatal estadual:
- 7. Política de Crédito Estatal para micro e pequenos empresários.
- Garantia de renda mínima para a população, com um programa social que utilize o Sistema Único de Assistência Social como forma de acompanhar e apoiar famílias em situação de miséria;
- 9. **Fim da perseguição aos camelôs.** Exigir que o governo do estado autorize o trabalho da categoria no metrô.
- 10. Taxação das grandes propriedades e grandes empresas fazendo com que o ITBI, ISS e IPTU pese mais em quem ganha mais. Queremos realizar uma reforma tributária municipal que amplie o pagamento de impostos por parte dos mais ricos, desonere pequenas empresas e a população mais pobre. Dessa forma, garantir mais equilíbrio social e melhorias nos serviços oferecidos pela gestão municipal;
- 11. Realizar uma auditoria da dívida do município.
- 12. Reverter todas as privatizações, terceirizações e parcerias público-privadas dos equipamentos e empresas municipais. Investir e tornar as empresas públicas socialmente referenciadas. Objetivo: manter o

patrimônio público, impedir a financeirização e o endividamento;

- 13. Comlurb respeitando o trabalhador: A demanda por novos concursos na empresa pública de limpeza urbana é muito grande, pois o último concurso foi em 2014. Resultado é a sobrecarga de trabalho que muitas vezes causam acidentes, alguns fatais. Soma-se a isso o não cumprimento integral do Plano de Carreira dos trabalhadores e trabalhadoras da Comlurb, pela atual gestão de Prefeitura. Assumimos o compromisso em colocar em prática este direito da categoria.
- 14. Contra a Reforma Trabalhista (2017): atuar na gestão da prefeitura realizando acordos coletivos com as categorias celetistas que não apliquem a retirada de direitos da Reforma Trabalhista do Golpista Temer em 2017. Estimular a luta popular pela revogação a nível nacional.
- 15. Contra a Reforma da Previdência (2019): Garantir acesso a aposentadoria aos trabalhadores das empresas públicas e servidores municipais, nos marcos que antecedem a retirada de direitos da Reforma da Previdência do Fascista Bolsonaro, no limite das imposições legais. Estimular a luta popular pela revogação a nível nacional.

Habitação e acesso à cidade

- 1. **Promover uma profunda Reforma Urbana** que democratize o espaço urbano e garanta o Direito à cidade para toda a população.
- Rearticulação dos bairros: sua base de funcionamento deve ser comunitária, associando a vida social à vida econômica. Desenvolver projetos de geração de empregos a partir das frentes emergenciais próximas das residências.
- 3. Desapropriar e readequar imóveis e terrenos vazios e destinar para moradias populares e equipamentos públicos. Temos milhares de prédios e terrenos que não exercem sua função social, junto com os movimentos populares podemos rever esta realidade e garantir moradia e espaços de lazer e cultura para todo o povo.
- 4. Regularização fundiária de moradias em favelas, ocupações e bairros populares.
- Criar o Programa de Coleta Solidária para estimular o descarte consciente dos resíduos sólidos e promover o desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável.
- 6. **Garantir o saneamento básico em toda a cidade.** Vamos criar uma empresa estatal de água e esgoto e retomar as concessões do serviço dentro

- dos limites do município. A Águas do Rio entrega um serviço ruim e cobra mais caro do que a CEDAE cobrava, já que ela compra a água da própria CEDAE para revender mais caro para a população.
- 7. Política social e habitacional para a população de rua. Ampliação de abrigos e albergues que funcionem em tempo integral para a população de rua, ampliação da política de saúde dos consultórios na rua e fortalecimento da política de assistência social; Construção de espaços públicos para que a população de rua possa descansar e se alimentar com qualidade, além de receber atendimento médico e educacional. Garantia de política habitacional para aqueles que desejarem sair da situação de rua e fim da criminalização e da violência estatal contra a população de rua.
- 8. Investir na construção de casas populares por meio de cooperativas de trabalhadores e mutirões. A Prefeitura deve parar de dar dinheiro para grandes empreiteiras e oferecer capacitação técnica, por meio de convênios com entidades profissionais e instituições de ensino, para que o próprio povo construa suas residências. As unidades habitacionais também podem ser projetadas de maneira sustentável, utilizando tecnologias já comprovadas, como tijolo ecológico e energia solar;

Transporte e mobilidade

- 1. Defender junto ao governo do estado a reestatização do metrô e dos trens. Mais de 20 anos após as privatizações do transporte ferroviário só tivemos aumentos de passagem e nenhuma expansão do serviço.
- 2. Estatizar todo o transporte de ônibus do Rio de Janeiro. O exemplo do BRT estatizado, com a MOBI Rio, mostra como é possível ter um serviço com uma boa frequência e qualidade. Enquanto quem usa as linhas municipais sofre com falta de ar-condicionado, ônibus quebrados e linhas que somem, no BRT em poucos anos de serviço estatizado se conseguiu recuperar grande parte do sistema.
- 3. Ampliar as ciclovias para toda a cidade. Temos um potencial subaproveitado no transporte por bicicletas. É um meio de transporte de baixíssimo custo e que necessita de pouca infraestrutura, além de uma forma de incentivar a população numa atividade esportiva.
- 4. Criar um aplicativo municipal de transporte. Queremos abrir espaço para motoristas e entregadores poderem sair de monopólios como a Uber e o IFood. Para isso, criaremos um app que garanta a remuneração completa de cada corrida para os trabalhadores de aplicativo, garantindo um controle público dos algoritmos e uma administração coletiva dos próprios trabalhadores do serviço.

Saúde

- 1. Universalizar a atenção primária em saúde a partir das Clínicas da Família e das Equipes de Saúde da Família. Queremos ampliar o atendimento deste setor, garantindo a permanência de médicos e enfermeiros concursados, abastecimento de remédios essenciais, como os para diabetes e hipertensão.
- 2. Fim das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na saúde, incluindo fundações e organizações sociais. Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) totalmente público e gratuito, com administração direta pelo Estado. Realização de concursos para garantir que todos os profissionais da saúde sejam do quadro efetivo dos servidores públicos. Garantir que o dinheiro da saúde pública seja utilizado na construção de postos de saúde, unidades de emergência e valorização profissional.
- 3. Requalificação da estatal RioSaúde para se tornar uma empresa de produção e distribuição de medicamentos e materiais hospitalares. Hoje, esta empresa funciona como uma OSs nos hospitais municipais contratando médicos e profissionais de saúde com salários baixíssimos e em condições precárias.
- 4. **Retomada dos concursos públicos para a área de saúde.** Queremos o fim dos contratos precarizados das OS's. Saúde pública de qualidade se faz com servidores concursados e com direitos.
- 5. Construção de um laboratório municipal de medicamentos. Oferecer medicamentos de graça a população e enfrentar a ganância da indústria farmacêutica.
- 6. Criação dos Centros de Saúde Psicológica e Psiquiátricas. Garantir o tratamento humanizado para as doenças psiquiátricas; reservar especial atenção à juventude no âmbito do autocuidado físico, mental e social, no combate a dependência química e na construção de uma política de saúde sexual prevenindo as DST's e gravidez na adolescência;
- 7. Ampliação da da rede e da capacidade de atendimento dos CAPS e CAPSAD (Centro de Atenção Psicossocial), disponibilizando equipes de profissionais da área para visitar as instituições de ensino públicas e realizando campanhas permanentes sobre o tema;
- 8. Intervir junto ao Governo Federal para garantir a abertura de todos os leitos da rede federal de hospitais, exigindo concursos públicos federais para atender a demanda de pessoal;
- 9. Fim de todos os convênios com as chamadas "comunidades terapêuticas". A maioria destas instituições são controladas por igrejas e

nelas são aplicados métodos sem comprovação científica no tratamento de usuários de drogas.

Educação

- 1. Erradicar em 1 ano o analfabetismo e o analfabetismo funcional no Rio de Janeiro. Nosso país já dispõe de uma tecnologia social poderosa no trabalho de alfabetização que é o método Paulo Freire. Queremos criar o programa "Educação é um Direito Humano" que abrirá as escolas, criará juntos aos movimentos sociais e às universidades brigadas de alfabetização para levar o direito de ler e escrever a todo o povo do Rio.
- 2. Reajuste salarial a todos os profissionais da educação no município. Segundo o SEPE-DIEESE, desde 2019 os profissionais da educação do Rio de Janeiro amargam perdas salariais. Seria necessário um reajuste de, no mínimo, 22% para compensar a inflação do período. Porém, para valorizar a educação é preciso garantir reajustes anuais de acordo com a inflação para todas as categorias.
- 3. Criar um observatório da política educacional fluminense para acompanhar as ofensivas do capital e desenvolver estratégias de defesa da educação pública. Nesse sentido, propomos acabar com os investimentos públicos em fundações e outras instituições privadas. O dinheiro público deve ir para a educação pública!
- 4. Defender a criação de um plano de carreira unificado dos profissionais de educação da rede pública de educação. O plano será elaborado pelos próprios profissionais através de seu sindicato em assembleias com participação ampla das categorias.
- 5. Realização de concursos públicos para suprir a elevada demanda de profissionais de educação (professores, auxiliares pedagógicos, cozinheiros escolares, inspetores de escola, porteiros, etc), e o fim da política de contratações temporárias e terceirização;
- 6. Climatização de 100% das unidades escolares da rede municipal até o fim do primeiro ano de governo.
- 7. Construção de alojamentos estudantis nas proximidades das escolas técnicas e universidades públicas.
- 8. Ampliar gradualmente o Ensino Integral para 100% das escolas da rede pública até 2028.
- Revisar a política de alimentação escolar, priorizando produtores locais da agricultura familiar, garantindo alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos para a comunidade escolar e fomentando a economia local, com

- a inclusão de opções vegetarianas;
- 10. Manutenção e ampliação, em todas as escolas, de turmas para atendimento da classe trabalhadora, bem como a manutenção da Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- 11. Instituir uma política de abono de ponto para as/os profissionais da educação em atividades de formação continuada;
- 12. Instituir convênios entre a Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro para a promoção de atividades de formação continuada gratuitas para as/os profissionais da educação;
- 13. Instituir convênios entre a Secretaria Municipal de Educação e as Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro para a garantia de reserva de vagas para as/os profissionais da educação nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;
- 14. Garantir passe livre estudantil ilimitado todos os dias da semana para os estudantes, da creche à pós-graduação.
- **15. Realização da Conferência Municipal de educação** para promoção do empoderamento da comunidade escolar, de professores, técnicos e auxiliares educacionais, estudantes, pais e responsáveis, fazendo com que o investimento e ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente.
- 16. Reajuste no Vale Alimentação e Vale Transporte à profissionais da educação já em 2025.
- 17. Valorização do ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas! Nosso governo se compromete a colocar em prática as leis 10.639 (ensino de história e cultura africana e afro-brasileira) e 11.645 (ensino de história e cultura dos povos indígenas) no currículo da rede municipal.
- 18. Apoio à luta dos funcionários e técnicos de escola para a aprovação do Piso Nacional da categoria.

Segurança

1. Reestruturação e desmilitarização da Guarda Municipal: sua total reestruturação não deve ser baseada na política desastrosa da Polícia Militar, nem no armamento. Ao invés disso, deve ser orientada para a criação de uma Guarda Civil de verdade, com objetivo de atuar de forma comunitária, visando

- a defesa e proteção da população. Vamos **regulamentar o uso da força** por parte da Guarda Municipal.
- 2. Fim da perseguição aos camelôs: o comércio dos trabalhadores ambulantes é parte da cultura, história e elemento importantíssimo da economia popular do Rio de Janeiro. A perseguição aos nossos camelôs obedece apenas uma lógica de elitização da nossa cidade para cumprir um projeto de suposto embelezamento, como se ter trabalhadores ambulantes nas nossas ruas e praças deixasse nossa cidade pior.
- 3. Incentivar a ocupação dos espaços públicos com cultura, esporte e lazer: A ocupação dos territórios é fundamental no desenvolvimento da segurança pública, uma vez que as ruas ocupadas são mais seguras. Por isso, vamos organizar, em conjunto com os conselhos de moradores, o planejamento da ocupação e revitalização de ruas, parques e praças, garantindo iluminação e acessibilidade.
- 4. Defender a nível estadual e federal o fim de todas as operações policiais militares criminosas nas favelas. 2 milhões de cariocas moram nas favelas, no entanto as operações policiais ocorrem do jeito que o comandante de plantão dos Batalhões da PM e os delegados da Polícia Civil querem, sem seguir a lei e os parâmetros permitidos para as ações. Enquanto isso, são os moradores e a prefeitura quem tem que arcar com os prejuízos de terem as escolas e clínicas da família fechadas, alterações no itinerário de ônibus e vans, além do desespero diário que todos que ficam no meio dos tiroteios e as diversas mortes que as ações ocasionam.
- 5. Estabelecer um observatório da prefeitura para fiscalizar a atuação das forças policiais e da Guarda Municipal. Apesar de não ter controle sobre as polícias, a prefeitura pode e deve defender os interesses do cidadão. Por isso, vamos criar um observatório para denunciar os crimes contra os direitos humanos cometidos por forças do Estado. A ideia é ter um canal seguro e eficiente de atendimento ao cidadão para encaminhar da forma mais rápida possível as denúncias. Queremos construir esse espaço junto aos movimentos sociais e organizações de defesa dos direitos humanos. Além disso, vamos organizar o controle externo da Guarda Municipal, por meio de ouvidoria e corregedoria independentes.
- 6. Mudança nos critérios de seleção e técnicas de treinamento dos guardas municipais, com enfoque no respeito e garantia direitos humanos, promoção da democracia, não letalidade, combate ao racismo, machismo e todas as formas de opressão.
- 7. Buscar parcerias e convênios para viabilizar a ressocialização real das pessoas em conflito com a lei. A Prefeitura dará atenção e oportunidades de profissionalização e emprego para todos/as os/as condenados/as,

- garantindo serviço de assistência social e psicológica para as famílias.
- 8. Formar rede de casas-abrigo para mulheres em situação de violência e vulnerabilidade, oferecendo apoio multiprofissional às vítimas de violência doméstica, violência sexual, violência obstétrica e assédio moral, fortalecendo a rede de apoio junto às organizações feministas.
- **9. Enfrentamento direto e diário às milícias.** Afastamento imediato de qualquer servidor que tenha ligação com milícias.
- 10. Criação de um conselho municipal de segurança pública e elaboração de um plano de segurança dos direitos. O conselho deverá ter funções consultivas, deliberativas e de articulação, visando democratizar o debate e a construção da política de segurança pro povo carioca junto a elaboração do plano de segurança dos direitos, que elenque prioridades e metas de atuação sobre o tema.

Orçamento

- 1. Taxação das grandes propriedades e grandes empresas, fazendo com que o ITBI, ISS e IPTU pesem mais para quem ganha mais.
- Realizar uma reforma tributária municipal que amplie o pagamento de impostos pelos mais ricos, desonere pequenas empresas e a população mais pobre, garantindo assim mais equilíbrio social e melhorias nos serviços oferecidos pela gestão municipal.
- 3. Isenção de pagamento do IPTU para as famílias com renda per capita de até 1 (um) salário mínimo, independente do bairro e da região da cidade em que morem.
- 4. Realização de uma auditoria da dívida do município para eliminar a sangria desordenada de recursos públicos e melhorar a capacidade financeira do município para atender os interesses da população.
- 5. Cobrança rigorosa das dívidas ativas de impostos dos grandes bancos e empresas.
- 6. Elaboração de um projeto de lei que retire o alvará dos sonegadores.
- 7. Criação de um Banco Municipal (ou cooperativa de crédito, observando a legislação). Uma cidade do tamanho e com a pujança econômica do Rio de Janeiro pode e deve ter um banco público para dar crédito e fomentar o desenvolvimento econômico da cidade.

Meio ambiente

- Política de replantio de árvores por toda a cidade, com a participação das escolas em projetos específicos e envolvimento de toda a população nas áreas gerais.
- 2. **Despoluição de córregos e rios**, com a universalização do sistema de saneamento da cidade.
- 3. Universalizar a coleta seletiva, com grande incentivo às associações de catadores existentes e incentivo à criação de novas. Garantia de infraestrutura de galpões, prensas, carrinhos, caminhões e demais instrumentos para coleta e gestão dos resíduos sólidos.
- **4. Fortalecimento da Defesa Civil**, como primeira linha de enfrentamento aos desastres climáticos.
- 5. Retomar e acelerar o projeto de despoluição da Baía de Guanabara.
- Iniciar o processo de substituição da frota de ônibus e vans por veículos elétricos e híbridos.
- 7. Estabelecer um rígido controle das atividades da TKCSA em Santa Cruz. Queremos acabar de uma vez por todas com as conhecidas "chuvas de prata" produzidas pela Companhia Siderúrgica do Atlântico. Esta fábrica hoje está controlada pelo monopólio imperialista Thyssen Krupp. Em nome do lucro de uma empresa alemã, o povo da Zona Oeste e a natureza é quem sai prejudicados. Por isso, além do controle, queremos propor a estatização desta empresa, para servir aos interesses da sociedade e não dos bilionários.

Direitos das Mulheres e da população LGBTIA+

- 1. Ampliar o número de equipamentos de atendimento à Mulher em situação de violência, ampliando Delegacias especializadas (DEAMs), centros de Referência da mulher (CEAM), além da criação de Casa da Mulher Brasileira e Casa de Passagem na cidade para oferecer apoio às mulheres em situação de violência, permitindo que elas tenham garantido o atendimento interdisciplinar, assistência social e acesso à formação profissional.
- 2. Promover campanhas educativas sobre a violência de gênero nas escolas, universidades, comunidades e ambientes de trabalho. Queremos criar um programa permanente para conscientizar a população sobre a violência de gênero e criar condições para combatê-las;
- Realizar mais investimentos em Centros de Atendimentos públicos para mulheres e LGBTIA+ e construir novos centros nas regiões periféricas do município onde a violência se mostra mais alarmante, em especial na Zona Oeste.

- 4. Criação de Secretaria de combate à LGBTfobia e inclusão da população LGBTIA+
- 5. Programa permanente de combate o assédio moral e sexual e toda forma de violência sexista e LGBTfóbica.
- 6. Garantia de creches e escolas de educação infantil de turno integral e ampliação do atendimento das creches para os horários noturnos.
- Ampliação de maternidades e centros de parto humanizado para garantir a assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós parto, combatendo a violência obstétrica
- 8. Garantir o amplo acesso à saúde feminina através do SUS. Facilitar acesso aos métodos contraceptivos e medicamentos, bem como consultas ginecológicas, obstétricas, de psicologia e psiquiatria, eliminando do SUS qualquer abordagem sem comprovação científica.
- Garantia de planejamento familiar e direito ao aborto legal, seguro e gratuito nos casos previsto em lei e defesa a nível nacional da legalização do aborto para todos os casos.
- 10. Criação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e lavanderias coletivas e creches nos bairros, empresas, escolas e universidades, com objetivo de socializar o trabalho de cuidado.
- 11. **Assistência social para mulheres trabalhadoras**, garantira do direito à maternidade e amamentação e equiparação salarial.

Direitos Humanos e combate ao racismo

- Criação de uma secretaria de direitos humanos e combate ao racismo, garantindo um espaço institucional para ampliar as políticas públicas sobre o tema.
- 2. Desenvolver uma política de promoção da saúde da população negra, garantindo mais acesso e melhor tratamento da população negra e combatendo a discriminação racial e a violência médica.
- 3. Construir o programa "Juventude negra viva", com ações de combate ao racismo e a violência policial integradas com o governo do estado.
- 4. Criar uma comissão, ligada à secretaria de direitos humanos, de acolhimento e apoio às vítimas de racismo e aos familiares das vítimas da violência por parte dos agentes do estado ou do poder paralelo.

- 5. Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças, que fazem referência a racista fascistas, garantindo que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo;
- 6. Investir na formação dos profissionai da educação a fim de promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana nas escolas e creches municipais, respeitando e valorizando a diversidade, buscando o combate ao preconceito e à discriminação contra as religiões de matriz africana e as culturas originárias;

Esporte, cultura e direitos da juventude

- Realização de um Festival da Cultura Popular anual, promovendo os artistas locais e garantindo a diversidade cultural e a valorização de artistas de diversas áreas;
- 2. Implementação dos Centros Educativos de Arte Comunitária, oferecendo nos bairros um espaço adequado para que a população e a juventude em especial possam ter acesso a diversas possibilidades artísticas, esportiva e de interação social;
- 3. Descentralização de atividades e eventos de esporte e lazer, garantindo que Esporte e Lazer também estejam presentes nos bairros mais periféricos e nas favelas e não apenas nos bairros centrais e/ou tradicionais;
- **4.** Criação ou a ampliação da oferta de equipamentos públicos para a prática de exercício de acordo com as demandas de cada comunidade.
- 5. Incentivar a ação conjunta da comunidade com órgãos públicos para a manutenção e recuperação das instalações e equipamentos de lazer existentes
- 6. Incentivo ao primeiro emprego com criação de curso profissionalizantes e reserva de vagas de estágio no serviço público municipal e desenvolvimento de uma Agência Municipal do Primeiro emprego, com banco de dados de emprego específico para a juventude, garantindo assistência a jovens que estão ingressando no mercado de trabalho;
- 7. Realizar as Conferências Juventude para incluir os jovens na construção de propostas de governo da cidade e gerar políticas para conquistar direitos para a juventude e combater o extermínio dos jovens nas periferias;
- 8. Criação de Programa de Assistência Estudantil a estudantes

- **universitários de baixa renda**, para contribuir com a manutenção de jovens de baixa renda em universidades da cidade.
- 9. Criar o programa 'Juventude e Participação', com debates nas escolas, universidades, praças e outros locais sobre os direitos dos jovens e suas demandas.

Construção do poder popular

- 1. Criação do Conselho da Cidade: órgão de participação popular junto a prefeitura, que terá caráter de definir as ações da prefeitura em todos os aspectos da cidade e da administração pública. O Conselho da Cidade será composto por delegados eleitos nas conferências regionais e nos conselhos temáticos e terá poder deliberativo sobre as decisões das secretarias e se reunirá trimestralmente. A Prefeita terá a obrigação de prestar contas do seu mandato diante do Conselho da Cidade e acatar as propostas emanadas da participação popular.
- 2. Substituir as subprefeituras por conselhos populares locais, com representantes de cada bairro e sub-bairro para definir as políticas públicas e prioridades locais.
- 3. Orçamento participativo construído a partir dos conselhos locais e referendado pelo Conselho da Cidade antes de ser enviado à Câmara Municipal.
- 4. Estabelecer que todas as divergências entre a Prefeitura e Câmara de Vereadores possam ser decididas, em última instância, pelo povo através de plebiscitos ou referendos.

Direitos humanos e combate ao racismo

- 1. Luta por memória, verdade, justiça e reparação para as vítimas da Ditadura Militar Fascista (1964-1985)
- 2. Criação da Secretaria de Direitos Humanos, separando esta pasta da Secretaria de Assistência Social.
- Ter como centro na Secretaria de Direitos Humanos o acompanhamento de todas as violações cometidas no contexto da violência urbana do Rio de Janeiro.

- Criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial com orçamento robusto para garantir a aplicação de políticas e manutenção de um quadro de pessoal amplo.
- 5. Enfrentamento a intolerância às religiões de matriz africana (Candomblé e Umbanda). Objetivo: garantir a efetividade da liberdade religiosa, o combate ao racismo e respeito às religiões de matrizes africanas.
- 6. Criação de centros de memória municipais para lembrar das vítimas do genocídio indígena, da escravidão e dos regimes ditatoriais de direita e fascista.
- 7. Combater a discriminação racial e promovendo igualdade no acesso aos serviços públicos, principalmente saúde e educação, à população negra.
- **8.** Garantia de aprovação de lei que amplie para 30% a reserva de vagas em concursos públicos municipais aos negros e indígenas, com o objetivo de garantir acesso da população negra a postospúblicos de trabalho
- 9. Retirada de estátuas, nomes de ruas e praças que fazem referência a escravocratas, racistas e fascistas. Garantir que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo.

Um Rio com o povo no poder é possível!

Lutamos por um novo sistema, por um novo modo de produção. Lutamos para que seja possível a felicidade e a solidariedade para a imensa maioria da população, sendo assim, lutamos pelo Socialismo. Sabemos que numa única cidade não podemos chegar ao socialismo, mas uma prefeitura socialista pode fazer muitas políticas de caráter socialista para melhorar a vida do povo trabalhador.

O Socialismo trata-se de uma forma nova e superior de organização da sociedade, onde as terras, as fábricas, os bancos, as usinas, as grandes empresas, ou seja, os meios de produção, estejam sob controle total da classe trabalhadora e dos povos. Somente dessa forma é possível que nós, trabalhadores, camponeses e povos do campo, tenhamos o controle do poder político em nosso país e com isso, consigamos acabar com a exploração e opressão a qual hoje somos submetidos.

Por isso, queremos apresentar à população carioca que ainda é insuficiente mesmo essas mudanças que propomos, pois as principais transformações sociais não podem ser implementadas, sem antes haver a derrubada efetiva do atual sistema, o Capitalismo.